

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

DESTAQUES (R\$ MM) 4T21	4T21	4T20	Δ %	2021	2020	Δ %
Margem Bruta	1.311	1.115	18%	4.802	3.632	32%
EBITDA	970	778	25%	3.477	2.371	47%
Resultado Financeiro	(293)	(104)	182%	(757)	(353)	114%
Lucro Líquido	431	470	(8%)	1.669	1.219	37%
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada (GWh)	6.249	6.424	(2,7%)	24.949	24.127	3,4%
Energia Distribuída (GWh)	5.387	5.071	6,2%	21.264	19.972	6,5%
Número de Clientes (mil)	6.352	6.205	2,4%			
DEC 12 meses (horas)	11,47	12,43	(0,96)			
FEC 12 meses (interrupções)	5,18	5,54	(0,36)			
Perdas totais 12 meses (%)	14,77%	15,34%	(0,57p.p.)			
Indicadores Financeiros de Dívida ¹						
	2021	2020	Variação			
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	2,87	2,75	0,12			
EBITDA/Resultado Financeiro ²	4,59	6,72	(2,12)			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA				



¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
³ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

- Energia injetada de 6.249 GWh no 4T21 (-2,7% vs. 4T20), devido a menores temperaturas e de 24.949 GWh no ano (+3,4% vs. 2020), confirmando a retomada da atividade econômica ao longo do ano.
- Energia distribuída de 5.387 GWh no 4T21 (+6,2% vs. 4T20) e 21.264 GWh em 2021 (+6,5% vs. 2020). Vale destacar o efeito da REN 863/2019, impactando o não faturado no 4T20 em 422 GWh, diminuindo a energia distribuída no 4T20 sem impacto no resultado econômico;
- EBITDA de R\$ 970 milhões no 4T21 (+25% vs. 4T20) e de R\$ 3.477 milhões em 2021 (+47% vs. 2020);
- Despesas operacionais controladas no trimestre (-6% vs. 4T20) e no ano (+5% vs. 2020), performando abaixo da inflação do período;
- Lucro de R\$ 431 milhões no 4T21 (-8% vs. 4T20) e de R\$ 1.669 milhões em 2021 (+37% vs. 2020);
- R\$ 1.973 milhões em Capex em 2021, maior parte dedicada a expansão da rede;
- Perdas Totais (12 meses) no 4T21 de 14,77%, quinto trimestre seguido de redução no índice;
- DEC (12 meses) de 11,47h (abaixo do regulatório de 13,68h) e FEC (12 meses) de 5,18x (abaixo do regulatório de 7,56x).

MENSAGEM DO PRESIDENTE

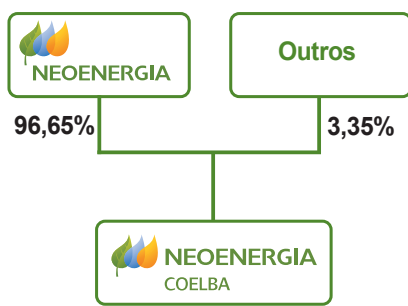
No ano em que a recuperação econômica foi ditada pela retomada de diversos setores produtivos, a contribuição da Neoenergia Coelba foi decisiva para o avanço socioeconômico do Estado da Bahia. Ainda sob os efeitos adversos da pandemia de Covid-19, a empresa manteve, em 2021, a crescente trajetória de investimentos no sistema elétrico baiano. O volume de recursos elevado se justifica pela posição estratégica que o segmento energético representa para manutenção e atração de empreendimentos e a consequente alavancagem da economia. A contínua ampliação, modernização e automação da rede elétrica resultou na disponibilidade de uma energia segura e confiável para atender aos mais de 6 milhões de clientes da distribuidora. Nesse sentido, os investimentos da empresa, em 2021, ultrapassaram R\$ 1,9 bilhão, 22% superiores aos do ano anterior. A energia distribuída (cativa + livre) pela concessionária foi de 21.264 GWh, volume que supera em 6,5% o registrado em 2020. Todos os investimentos, associados às ações e estratégias implementadas, consolidaram a trajetória de melhoria contínua nos índices que medem a qualidade do fornecimento de energia no Estado. Encerramos o exercício com a melhor média de duração das interrupções por clientes (DEC) já alcançada pela empresa, 11,47 horas. A frequência média de interrupções por clientes (FEC) foi de 5,18 vezes. Ambos os indicadores se mantiveram melhores que os níveis exigidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Alinhada à eficiência de custos e processos, a disciplina na gestão dos recursos materiais e humanos refletiu em geração de valor para a empresa. A distribuidora encerrou o ano com Lucro Líquido de R\$ 1.669 milhão, um incremento de 37% em relação a 2020, já a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 3.477 bilhões, representando um avanço de 47% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. As incertezas provocadas pelo agravamento da pandemia da Covid-19, ao longo de 2021, não inibiram a expansão da Neoenergia Coelba. No ano, a distribuidora promoveu mais de 200 mil novas ligações de clientes em todas as regiões do Estado. Mudanças externas e internas marcam o ano da companhia. Em 2021, a Coelba incorporou definitivamente ao seu nome a chancela de um dos maiores grupos empresariais do Brasil e passou a se chamar Neoenergia Coelba. Internamente, a empresa se preparou para a retomada presencial dos colaboradores que ocupam atividades administrativas, após mais de um ano de trabalho remoto. O processo aconteceu gradualmente, respeitando todos os protocolos sanitários e de segurança. Como compromisso social e contribuição para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, a Neoenergia Coelba destinou recursos do Programa de Eficiência Energética, regulado pela ANEEL, para aquisição e doação de 405 refrigeradores científicos para armazenamento de vacinas, beneficiando 400 municípios baianos. O final do ano de 2021 ainda reservou um imenso desafio para a distribuidora e seus colaboradores. No mês de dezembro, temporais históricos atingiram diversas regiões da Bahia, deixando localidades submersas e inacessíveis. Em meio a um esforço coletivo, todas as áreas da empresa foram mobilizadas para atender às regiões castigadas pelas inundações. Durante quase um mês, a população, em especial do Sul e Extremo Sul da Bahia, contou com a resiliência e dedicação dos nossos colaboradores. Equipes administrativas, mas, sobretudo, eletricitas, técnicos e engenheiros, trabalharam ininterruptamente e não mediram esforços para recompor a rede elétrica destruída pela catástrofe climática. Para além de toda mobilização operacional, a empresa realizou a doação de duas mil geladeiras e cinco mil lâmpadas eficientes às famílias prejudicadas pelas enchentes, por meio do Programa de Eficiência Energética, regulado pela ANEEL. Em outra frente de ajuda humanitária, nossos colaboradores arrecadaram voluntariamente recursos financeiros e mais de uma tonelada de alimentos para desabrigados e desalojados das regiões atingidas. A todos os colaboradores que atuaram bravamente movidos pelo comprometimento e preocupação com o próximo, externo meu orgulho e profunda gratidão.

Luiz Antonio Clarilini
 Diretor-presidente da Neoenergia Coelba

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Coelba detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e dos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km².

1.1. Estrutura Societária
 Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Neoenergia Coelba era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

As projeções para a economia, no início de 2021, soavam promissoras, após o duro choque econômico decorrente da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em 31 de dezembro de 2020, a projeção, para 2021, era de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,32% (dentro da meta de 3,75%), Taxa Selic a 3,02% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%. Tal otimismo era justificado pela expectativa da retomada econômica e pela descoberta no final de 2020, de vacinas contra a Covid-19. Entretanto, o que se viu foi um ano mais desafiador do que o esperado, em especial pela 2ª onda de Covid-19 que atingiu o país ainda no primeiro semestre e pelo próprio programa de imunização da população, que levou alguns meses para ganhar tração. Os tempos em relação ao cenário fiscal, aliados à pior seca no Brasil em 91 anos, pressionaram os custos de operação do setor elétrico como um todo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo IPCA, encerrou 2021 com alta acumulada de 10,06%. Como medida para conter a alta da inflação, a Taxa Selic, que caiu até à mínima histórica de 2,0% em 2020, foi à 9,25%, no final de 2021. Quanto ao PIB, a economia encerra 2021 com perspectiva de crescimento de 4,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), impulsionado pelos setores da indústria e serviço. No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combater a pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas
 Em abril de 2021, a Neoenergia Coelba teve seu reajuste tarifário aprovado pela ANEEL, com efeito médio para o consumidor de 8,98%. A variação da Parcela A foi de 18,52%, totalizando R\$ 6.117,6 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 53,02% nos custos de transmissão e 7,34% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 202,91/MWh, já a variação da Parcela B foi de 29,90% (R\$ 4.496,9 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 31,10%, deduzida do Fator X, de 1,20%. O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS e a antecipação da reversão para modalidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até mar/21, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado a partir de 22 de abril de 2021.

3.2. Perdas de Energia e Receitas Irrecuperáveis
 Em dezembro de 2021, a ANEEL aprovou a nova metodologia de perdas, atualizando-a com aprimoramentos que trouxeram avanços na modelagem especialmente na construção do ranking de complexidade, que passou a ser único (baseado em 138 modelos), e não mais pela média de 3 rankings/modelos. Houve também a ampliação do número de variáveis avaliadas para 17. Na proposta inicial de abertura da CP considerava-se apenas 5 variáveis. Outros aprimoramentos de destaque na atualização da metodologia foram: a definição do ponto de partida; a alteração do ano de referência no cálculo da meta passando a adotar média de 3 anos; o tratamento para empresas com meta superior ao ponto de partida; a redução do nível de perdas estruturais (limite mínimo); a elevação do limite da velocidade da trajetória de redução e o estabelecimento de regras específicas para áreas de risco, ASRO - Áreas com Severa Restrição Operativa.

Quanto ao tema de Receitas Irrecuperáveis, a ANEEL manteve a metodologia atual atualizando a base de dados (com a adoção de 4 anos, 2017 a 2020). A metodologia continua levando em consideração o ranking de complexidade sócio econômica, que foi atualizado nesta revisão da metodologia de perdas não técnicas.

3.3. Medidas associadas à Covid-19
Restrições operacionais temporárias para distribuidoras
 Foi publicada em 26 de março a Resolução Normativa ANEEL nº 928/2021, impondo restrições operacionais para preservar a segurança do atendimento aos consumidores devido à pandemia. As principais medidas adotadas foram a vedação da suspensão do fornecimento para determinados grupos de consumidores (residência baixa renda, usuários de equipamentos vitais, entre outros), a suspensão do prazo nonagesimal para corte do fornecimento (todos os consumidores), e a postergação do pagamento pelas distribuidoras das compensações por violação dos limites de continuidade individuais e de conformidade de tensão. A resolução, que tinha vigência inicial até 30 de junho, foi prorrogada até 30 de setembro por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 936/2021, de 15 de junho.

Reequilíbrio das Distribuidoras
 Foi divulgada em 23 de novembro a Resolução Normativa ANEEL nº 952/2021, que trata da correção dos desequilíbrios econômicos decorrentes da pandemia, do estabelecimento da metodologia de cálculo da sobreconotação involuntária resultante da redução de carga durante a crise sanitária e da definição dos critérios para ressarcimento aos consumidores de custos associados à operação de crédito da Conta Covid-2020.

3.4. Medidas associadas à crise hídrica
Criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) – Jun/21
 A Medida Provisória nº 1.055 instituiu a CREG, que teve como competência a definição das diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para a operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, envolvendo definições para limites de uso, armazenamento e vazão, preservando as competências dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação das diretrizes. A vigência da CREG foi até 30/12/2021.

O programa já existe desde 2017, mas em agosto de 2021 o MME o instituiu para unidades consumidoras do SIN, de forma a recompensar os cidadãos que reduziram em até 10% o consumo, com um bônus de R\$ 50 para cada 100 kWh economizados. O programa teve duração até dezembro de 2021 e foi válido para aqueles que reduziram o consumo entre 10% e 20%.

Bandeira Tarifária de Escassez Hídrica – set/21
 Criada para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, a bandeira Escassez Hídrica foi estabelecida em R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos e passou a valer para todos os consumidores de setembro/21 a abril/22, com exceção dos beneficiários da tarifa social.

3.5. Liberalização do Mercado
 Em dez/19, foi publicada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a Portaria nº 465 que reduziu os limites para acesso dos consumidores ao mercado livre de energia:

- A partir de 1º de janeiro de 2021, os consumidores com carga ≥ 1.500 kW;
- A partir de 1º de janeiro de 2022, os consumidores com carga ≥ 1.000 kW; e
- A partir de 1º de janeiro de 2023, os consumidores com carga ≥ 500 kW.

Até 31 de janeiro de 2022, foram realizados estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW, incluindo o comercializador regulado de energia e proposta de cronograma de abertura iniciando em 1º de janeiro de 2024.

Além disso, o Projeto de Lei 414/2021 (nº anterior: PLS 232/2016), do Senado, prevê a portabilidade da conta de luz entre as distribuidoras, alterando, dessa forma, o marco regulatório do setor elétrico possibilitando a criação de um mercado verdadeiramente livre no País. O texto segue em tramitação na Câmara dos Deputados. O PL prevê que imediatos os consumidores de cargas superiores a 3 mil kWh poderão escolher o fornecedor e que em um prazo de 42 meses após a sanção da lei, todos os consumidores poderão optar pelo ambiente de livre contratação. Outra mudança é que os resultados das operações das concessionárias de distribuição de energia elétrica com excesso involuntário de energia, observados os mecanismos de ajuste de sobras e déficits de energia elétrica disponíveis e o princípio de máximo esforço, serão alocados a todos os consumidores dos ambientes de contratação regulada e livre, mediante encargo tarifário na proporção do consumo de energia.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores
 A Companhia encerrou 2021 com 6.352 mil consumidores, 147 mil novos consumidores vs. 2020 (+2,4%).

Número de Consumidores (Em milhares)	Participação no Total %		2021 / 2020	
	2021	2020	2021	2020
Residencial	5.629	5.490	88,6%	88,5%
Industrial	13	13	0,2%	0,2%
Comercial	420	408	6,6%	6,6%
Rural	220	225	3,5%	3,6%
Outros	70	69	1,1%	1,1%
Total	6.352	6.205	100,0%	100,0%

4.2. Evolução do Mercado

Energia Distribuída (GWh)	Participação no Total %		4T21 / 4T20		Participação no Total %		2021 / 2020	
	4T21	4T20	4T21	4T20	2021	2020	2021	2020
Residencial	1.915	1.926	35,5%	38,0%	(11)	(0,6%)	7.614	7.446
Industrial	236	229	4,4%	4,5%	7	3,1%	985	1.096
Comercial	749	680	13,9%	13,4%	69	10,1%	2.878	2.768
Rural	558	473	10,4%	9,3%	85	18,0%	2.328	1.913
Outros	650	583	12,1%	11,5%	67	11,5%	2.549	2.444
Total Energia Distribuída (cativa)	4.108	3.891	76%	77%	217	5,6%	16.355	15.667
 Mercado Livre	1.279	1.180	23,7%	23,3%	99	8,4%	4.909	4.305
Total Energia Distribuída (cativa+livre)	5.387	5.071	100%	100%	316	6,2%	21.264	19.972

A energia distribuída (cativa + livre) foi de 5.387 GWh no 4T21 (+6,2% vs. 4T20) e de 21.264 GWh em 2021 (+6,5% vs. 2020), em função do aumento da base de clientes (+2,4%) e da retomada do mercado na área de concessão. Vale destacar, também, o impacto da REN 863/2019, que levou o não faturado no 4T20 a 422 GWh, diminuindo a energia distribuída no 4T20 sem impacto no resultado econômico. No 4T21, o consumo residencial ficou em linha quando comparado com o mesmo período do ano anterior, influenciado pelas chuvas e temperaturas mais baixas. Já no acumulado, teve aumento de 2,3% vs. 2020, por maior base de clientes e retomada da economia. O consumo da classe industrial cativa apresentou um crescimento de 3,1% no 4T21 vs. 4T20 e redução de 10,1% no acumulado. Quando analisado juntamente com o mercado livre o resultado foi de aumento de 7,5% no 4T21 e de 9,1% em 2021, explicado pelo retorno da atividade econômica, com destaque para os setores de construção civil, papel e derivados, e de embalagem e plásticos. O impacto da Resolução 863 deu-se, basicamente, neste segmento no 4T20. A classe comercial cativa apresentou aumento de 10,1% no trimestre e de 4,0% no acumulado, refletindo a retomada da atividade econômica, com destaque especial para o setor de serviços. A classe rural teve crescimento de 18,0% (4T21 vs. 4T20) e 21,7% (2021 vs. 2020), pelo bom desempenho do agronegócio e maior demanda de irrigação. As outras classes apresentaram acréscimo de 11,5% (4T21 vs. 4T20) e de 4,3% (2021 vs. 2020), com destaque para o maior consumo do Poder Público, fruto da flexibilização das medidas restritivas da pandemia.

4.3. Balanço Energético
 A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 6.249 GWh no 4T21 (-2,7% vs. 4T20), por menores temperaturas e chuvas, e de 24.949 GWh em 2021 (+3,4% vs. 2020), pela retomada do mercado.

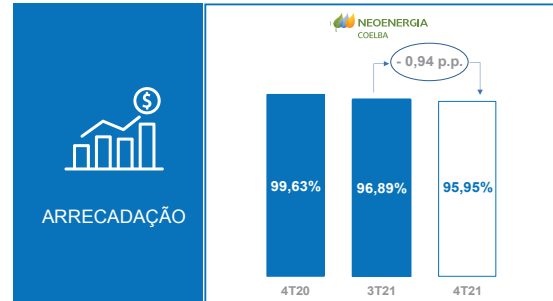
BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T21	4T20	4T21 x 4T20		2021	2020	2021 x 2020	
			Dif	%			Dif	%
 Mercado Cativo	4.108	3.891	217	5,6%	16.355	15.667	688	4,4%
 Mercado Livre + Suprimento	1.279	1.180	99	8,4%	4.909	4.305	604	14,0%
 Energia Distribuída (A)	5.387	5.071	316	6,2%	21.264	19.972	1.292	6,5%
 Energia Perdida (B)	935	931	4	0,4%	3.847	3.659	189	5,1%
 Não Faturado (C)	(73)	422	(495)	(117,3%)	(162)	497	(659)	(132,6%)
 Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	6.249	6.424	(175)	(2,72%)	24.949	24.127	822	3,4%

4.4. Perdas
 As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses.

Perdas 12 meses (%)													
Perda Técnica			Perda Técnica				Perda Técnica				Aneel 21		
4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20		1T21	2T21
10,59%	10,68%	10,69%	10,70%	10,63%	4,75%	4,32%	4,16%	4,12%	4,14%	15,34%	15,00%	14,85%	14,82%
Perdas totais 12 meses (GWh)													
Perda Técnica			Perda Técnica				Perda Técnica				Aneel 21		
4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20		1T21	2T21
2.556	2.589	2.656	2.688	2.652	1.146	1.049	1.034	1.034	1.033	3.702	3.638	3.690	3.722

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2021 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2020 foram ajustados para a apuração definitiva. As Perdas Totais na visão 12 meses no 4T21 foram de 14,77%, quinto trimestre seguido de redução no índice, se aproximando do patamar regulatório de 14,26%, fruto do avanço das ações do plano de redução de perdas. Em 2021 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas: (i) Realização de mais de 306 mil inspeções, recuperando mais de 148 GWh; (ii) Substituição de 268 mil medidores obsoletos e/ou com possível defeito; (iii) Regularização de mais de 26 mil clandestinos, totalizando mais de 159 GWh de energia recuperada; (iv) Levantamento e Fiscalização da Iluminação Pública em mais de 492 mil pontos do parque de IP, com a recuperação de mais de 43 GWh.

4.5. Arrecadação e Inadimplência
 O índice de arrecadação é impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia. O gráfico abaixo retrata o índice que é a razão entre a arrecadação dos últimos 12 meses sobre contas vencidas sobre o faturamento 12 meses da Neoenergia Coelba.



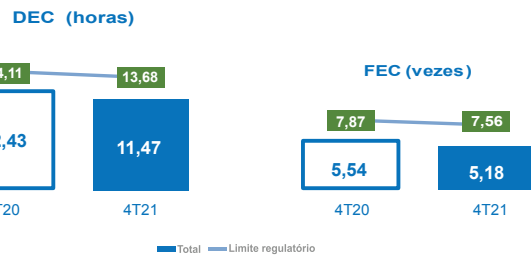
A Arrecadação no 4T21 segue em patamares elevados, atingindo 95,95%, inferior ao observado no 3T21, explicada pelo descaimento pontual entre o faturamento, que contempla o incremento da bandeira tarifária escassez hídrica aplicada desde setembro e a arrecadação que irá refletir este impacto no trimestre subsequente.

Na comparação com o 4T20 a queda se deve ao fato de que, após o período mais severo da pandemia, a partir de agosto de 2020 as ações de cobrança foram novamente autorizadas pela ANEEL e, com isso, observou-se no 4T20, uma forte arrecadação retroativa relativa aos meses anteriores.

PECLD / ROB	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	3T21 x 4T20	4T21 x 4T20	2021	2020	Var.	Limite Regulatório
ROB	2.744	2.987	3.002	3.213	3.642	13,35%	32,73%	12.844	10.461	22,78%	12,844
PECLD	15	42	40	41	42	2,44%	180,00%	165	148	11,83%	199
Inadimplência	0,56%	1,41%	1,33%	1,28%	1,16%	-0,12p.p.	0,60 p.p.	1,29%	1,41%	(0,13 p.p.)	1,55%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária. No 4T21 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e consequentemente melhorar a arrecadação: (i) 7,1 milhões cobranças telefônicas através de SMS e URA; (ii) 1,3 milhão negativas; (iii) 1,4 milhão de cobranças por e-mail; (iv) Realização de 198 mil suspensões de fornecimento por meio de atuação em concentrações georeferenciadas; (v) 86 mil negociações; (vi) Acompanhamentos de 51 mil instalações de clientes que sofreram suspensão do fornecimento e não solicitaram a taxa de religação, no intuito de evitar perdas no processo com fraudes ou desligamentos; (vii) Cobrança terceirizadas através das assessorias de cobrança; (viii) Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público.

4.6. DEC e FEC (12 meses)
 As melhorias nos resultados do DEC e FEC permitiram à Neoenergia Coelba superar os parâmetros regulatórios de qualidade e refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão, com revisão de processos, como em investimentos, no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.



NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade de dezembro de 2021 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de dezembro de 2020 foram ajustados para a apuração definitiva.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T21	4T
--------------	------	----

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Instrução CVM nº 527 de 2016, complementamos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	431	470	(39)	(8%)	1.669	1.219	450	37%
Despesas financeiras (B)	(291)	(182)	(109)	60%	(881)	(613)	(268)	44%
Receitas financeiras (C)	42	70	(28)	(40%)	223	224	(1)	(0%)
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(44)	8	(52)	(650%)	(99)	36	(135)	(375%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(74)	(56)	(18)	32%	(392)	(239)	(153)	64%
Depreciação e Amortização (F)	(172)	(148)	(24)	16%	(659)	(560)	(99)	18%
EBITDA = (A-B+C+D+E+F)	970	778	192	25%	3.477	2.371	1.106	47%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	12	4	8	200%	29	27	2	7%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(275)	(92)	(183)	199%	(702)	(317)	(385)	121%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(30)	(16)	(14)	88%	(84)	(63)	(21)	33%
Juros, comissões e acréscimo moratório	19	65	(46)	(71%)	163	182	(19)	(10%)
Variações monetárias e cambiais - outros	3	(6)	9	(150%)	(20)	(23)	3	(13%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(8)	(20)	12	(60%)	(76)	(56)	(20)	36%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	5	(1)	6	(600%)	12	2	10	500%
Obrigações pós emprego	(15)	(12)	(3)	25%	(57)	(50)	(7)	14%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(34)	(42)	8	(19%)	(106)	(118)	12	(10%)
Total	(293)	(104)	(189)	182%	(757)	(353)	(404)	114%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 293 milhões no 4T21 (vs. -R\$ 104 milhões no 4T20) e de -R\$ 757 milhões em 2021 (vs. -R\$ 353 milhões em 2020), em razão de maiores gastos com custos da dívida, variação explicada, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida (+R\$ 183 milhões) devido ao maior IPCA (31% do endividamento está atrelado ao índice) e CDI (representando 68% da dívida da Companhia). Ademais, em 2021 houve aumento de 18,6% no saldo médio da dívida vs. 2020.

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2021 e 2020:

Índices	2021	2020	Δ
CDI	4,42%	2,76%	1,66 p.p.
TJLP	4,80%	4,87%	(0,07 p.p.)
USD*	0,3838	1,1660	(0,78)
IPCA*	10,25%	4,24%	6,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 31/12/2020 a 31/12/2021.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

6. INVESTIMENTOS

Em 2021, o Capex da Neoenergia Coelba foi de R\$ 1.973 milhões conforme tabela abaixo:

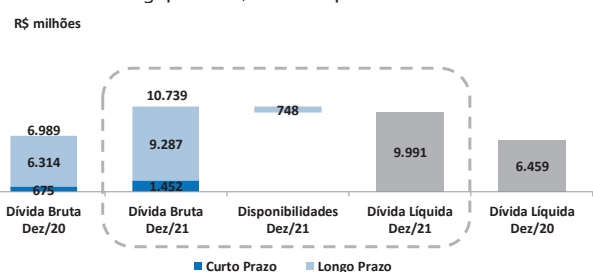
INVESTIMENTOS REALIZADOS	NEOENERGIA COELBA		
	4T21	2021	
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)	4T21	2021	
Expansão de Rede	(428)	(1.587)	66%
Programa Luz para Todos	(170)	(584)	
Novas Ligações	(152)	(619)	
Novas SE's e RD's	(106)	(384)	
Renovação de Ativos	(65)	(222)	11%
Melhoria da Rede	(24)	(142)	7%
Perdas e Inadimplência	(35)	(143)	7%
Outros	(78)	(157)	8%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(71)	(244)	
(=) Investimento Bruto	(701)	(2.494)	1,2
SUBVENÇÕES	126	277	
(=) Investimento Líquido	(576)	(2.217)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	71	244	
(=) CAPEX	(505)	(1.973)	
BAR	(78)	(157)	7%
BRR	(552)	(2.094)	93%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

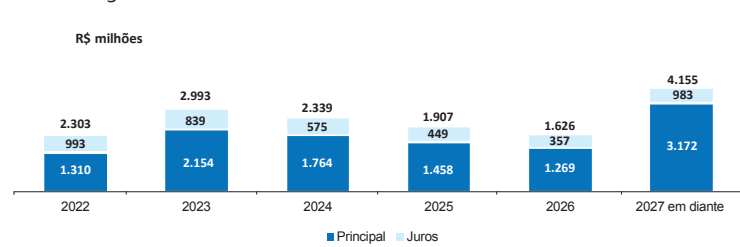
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2021, a dívida líquida da Neoenergia Coelba, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 9.991 milhões (dívida bruta de R\$ 10.739 milhões), apresentando crescimento de 55% (R\$ 3.532 milhões) em relação a dezembro de 2020. Em relação a segregação do saldo devedor, 86,5% da dívida está contabilizada no longo prazo e 13,5% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente em 31 de dezembro de 2021.



8. RATING

Em 30 de março de 2021, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2021	2020	2021 / 2020	
			Dif.	%
Convencional	4.017	3.944	73	1,8%
Baixa Renda	1.612	1.545	67	4,3%
Total	5.629	5.490	139	2,5%

9.2. Programa Luz para todos

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda sem acesso a esse serviço público. Com a publicação do Decreto nº 9.357, de 27 de abril de 2018, foi novamente prorrogada a vigência do Programa Luz para Todos para dezembro de 2022.

Atualmente, a Neoenergia Coelba realiza a gestão do maior programa de eletrificação rural do país, com investimento acumulado de cerca de R\$ 6,0 bilhões, com participação financeira da Distribuidora, do Governo Federal e Estadual, atingindo a marca de 686,1 mil ligações. No 4T21 foram realizadas cerca de 6 mil ligações, promovendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Programa Luz para Todos	353.209
até 2009	209.453
de 2010 a 2015	21.629
em 2016	19.439
em 2017	21.716
em 2018	26.034
em 2019	17.644
em 2020	16.966
em 2021	3.230
1721	4.454
2721	3.311
3721	5.971
4721	686.090

9.3. Práticas de Gestão

9.3.1. Remuneração de Acionistas

A Coelba possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

- Em 2021, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
 - (i) Dividendos de R\$ 23.100 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2021 e pagos em 12 de maio de 2021;
 - (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 139.182 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 30 de junho de 2021 e pagos em 14 de outubro de 2021;
 - (iii) Dividendos intermediários de R\$ 820.679 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2021 e pagos em 23 de julho de 2021;
 - (iv) Dividendos intermediários de R\$ 524.650 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de novembro de 2021 e pagos em 21 de dezembro de 2021;
 - (v) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 140.390 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2021 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2022.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2021 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022.

9.3.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Coelba reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração
Integrado atualmente por sete representantes titulares, sendo um membro independente e um suplente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Fiscal
Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou extraordinariamente sempre que convocados.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

9.3.3. Gestão de Pessoas

Acreditamos que as pessoas são elementos primordiais na realização dos negócios e ter colaboradores engajados e comprometidos com nossos resultados tem sido nosso foco permanente. E, após 2 anos de convivência impactada pela pandemia, fizemos dessa crença a forma de manter o elo com cada colaborador, para que ele permanecesse conectado com nosso ambiente, além de poder continuar evoluindo em seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Ao longo de 2021 o Grupo Neoenergia investiu mais de R\$ 13 milhões em formação, na sua maioria ações online, uma vez que ainda foi um ano onde o distanciamento como prevenção à Covid se fez necessário. Esse investimento viabilizou a realização de 1.127.253 horas de formação, ultrapassando em 41% o que realizamos no ano anterior.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 1.737 eletricistas, dos quais 1.175 foram contratados e fazem parte do nosso quadro de colaboradores – efetivamente, esse ano, inserimos 177 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Ainda em 2021 com a integração da Neoenergia Brasília, além das Escolas da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Interior de SP, implementamos escola de eletricistas no Distrito Federal.

Cibersegurança, Diversidade e Voluntariado, foram temas que também fizeram parte de nossa agenda. Para Cibersegurança, dedicamos 01 semana de atividades voltadas para discussão dos riscos e prevenção a ataques cibernéticos, compartilhando com nossos colaboradores o cuidado com a informação. Da mesma forma, trouxemos o tema de Diversidade para discussão, e em junho realizamos a Semana da Diversidade, para reforçar conceitos como Inclusão e Igualdade que queremos reforçar em nossa cultura, e reafirmamos o posicionamento da Neoenergia em prol da inclusão de gênero, raça, pessoas com deficiência. Hoje o grupo já tem compromissos concretos relativos à inclusão de mulheres em nossa operação e em posições de liderança. Para o tema Voluntariado, esse ano de 2020, continuamos a trabalhar com mais de 1.500 voluntários, incluindo executivos que, com nossos colaboradores, atuaram diretamente em ações que beneficiaram mais de 40.000 pessoas, além do lançamento da escola de formação, do Instituto AMAR em Natal, RN, em parceria com o Projeto INVOLVE, projeto Global voltado para o fortalecer a cultura de voluntariado em todo o Grupo.

Gradativamente, em setembro iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em dezembro já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos dos protocolos necessários à prevenção contra a Covid. Para 2022, adotaremos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia a realidade do mercado de trabalho.

O ano de 2021 foi de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades onde atuamos. Com essa mesma força e determinação seguiremos em 2022!

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia, norteado pelo seu propósito, valores e sistema de governança, integra em sua estratégia os aspectos ESG além dos ODS e os Princípios do Pacto Global da ONU. Nessa direção, cumpre o seu compromisso com um modelo de energia elétrica sustentável e acessível, capaz de gerar valor econômico, social e ambiental junto aos seus stakeholders.

Como parte dessa evolução contínua, assumimos o compromisso com as seguintes metas: (i) Situar a intensidade das emissões abaixo dos 50 gramas de CO2 por kWh gerado no ano de 2030, visando a alcançar a neutralidade em carbono no ano 2050; (ii) Alcançar perda líquida Nula de Biodiversidade em novos empreendimentos até 2030; (iii) alcançar 35% de mulheres em postos de liderança na Companhia até 2030; e (iv) 70% dos grandes fornecedores classificados como sustentáveis até 2022 e 100% em 2030.

Desde 2007, a Companhia renova o compromisso com os dez princípios do Pacto Global, iniciativa que preconiza uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção, e, desde 2015, aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambos da ONU. Os Objetivos 7 (energia limpa e acessível) e 13 (ação global contra as mudanças climáticas), são os prioritários para a Neoenergia. A Neoenergia mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). Em setembro de 2021, Solange Ribeiro, Diretora-Presidente Adjunta da Neoenergia, foi nomeada vice-presidente do Conselho do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

A partir de janeiro de 2022 a Neoenergia integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 pelo 2º ano consecutivo, índice que reúne companhias que possuem as melhores práticas de governança e sustentabilidade corporativa. A Neoenergia também conquistou o score A- no caderno de mudanças climáticas do CDP em sua primeira participação nesta iniciativa, considerada a principal do setor financeiro em relação à mitigação das mudanças climáticas.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://ri.neoenergia.com/sustentabilidade/relatorios/).

10.2. Inovação

O Grupo Neoenergia acredita que a transição para uma economia neutra em carbono até 2050 é tecnologicamente possível, economicamente viável e socialmente necessária. Este compromisso será cumprido através da promoção da Descarbonização da Energia, Integração dos Sistemas de Redes e Eletrificação da Demanda.

A Neoenergia entende a importância de investir em inovação tecnológica e processual para avançar no mercado. Para isso, desenvolve continuamente ações para melhorar a experiência dos milhões de clientes através da digitalização, otimização de processos, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação.

Possui forte atuação no programa de P&D Aneel, e conta com programa de open innovation, sempre com participação ativa e garantia da autonomia das áreas de negócio. Como forma de organizar e gerenciar as diversas ações da Companhia, foi criada em 2021 a plataforma Go In, intuitiva e de fácil entendimento, que guia o colaborador da Neoenergia desde a concepção até a implantação da solução, com o monitoramento de resultados e indicadores. Dentro do Programa de P&D da Aneel, diversos projetos evoluíram e foram entregues ao longo do ano.

Dentre os projetos voltados para a melhoria da experiência dos clientes, temos o "Conexão Digital", cujo objetivo é tornar o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência. Outras entregas do Conexão Digital foram o serviço de Consulta e Negociação de Dívidas e o atendimento via WhatsApp, no qual assistente virtual ainda oferece o autoatendimento de Religição, sem a necessidade de atendimento humano.

Com o objetivo de melhorar dos processos, destaca-se o projeto de um Sensor Inteligente capaz de detectar defeitos na rede e auxiliar no monitoramento das perdas de energia. Tecnologia patenteada pela Neoenergia e licenciada para exploração comercial pela Tecsny do Brasil, os sensores são equipamentos de automação de rede e possuem dupla funcionalidade: são capazes de identificar defeitos na rede e reportá-los em tempo real para o Centro de Operações, além de registrarem medições que são utilizadas para o cálculo de perdas por trechos de alimentador.

Por fim, em open innovation, a Neoenergia foi reconhecida como uma das empresas líderes em engajamento com startups, através do ranking Top 100 Open Corps, premiação criada pela 100 Open Startups. Foram diversos projetos com startups, para desafios como gestão de ativos, perdas, segurança, gestão de dados de parques eólicos, administração de equipes de campo e incidências em linhas de transmissão.

10.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 346 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 8 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Em 2021, o projeto integrou uma nova frente - a de assessoria - que apoiou o corpo gestor de 7 redes municipais, visando minimizar os impactos causados pela Covid-19, considerando o crescimento das desigualdades e defasagens de aprendizagem dos alunos.

Em parceria com o Senai Bahia, foram oferecidas 1.100 vagas para um curso online, gratuito e auto instrucional sobre noções básicas de eletricidade e segurança na construção civil. A iniciativa foi destinada aos profissionais autônomos das regiões das distribuidoras do Grupo que atuam na área.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como (i) o Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte e Bahia, apoiando 25 projetos dirigidos, especialmente, para crianças e jovens em vulnerabilidade, assim como em ações voltadas para a salvaguarda e valorização de patrimônios culturais e a geração de trabalho e renda; (ii) a 1ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, da cidade do Rio de Janeiro, região da Baixada Fluminense e estado de Pernambuco, e (iii) a Caravana Energia que Transforma, apoiando a capacitação de 348 gestores em 8 cursos e 27 organizações socioculturais nas imersões, dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Além disso, o Instituto passou a integrar, como membro fundador, o maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil: o Resgatando a História, iniciativa idealizada pelo BNDES, que conta com a parceria de grandes empresas brasileiras.

10.4. Instituto Neoenergia

Em um ano de conquistas e desafios únicos, o Instituto Neoenergia manteve seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, em melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulso do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os quatro pilares principais de trabalho, destacam-se algumas ações que promoveram a diferença durante o ano de 2021, em 11 estados brasileiros e mais de 140 municípios. Em Formação e Pesquisa, 346 professores e gestores escolares foram envolvidos em formações, cocriando práticas educativas, disponibilizadas em uma plataforma online, e sete redes municipais de educação receberam assessoramento para revisão de seus planos municipais de educação. Em Biodiversidade e Mudanças Climáticas, foram 1400 corais restaurados e 20 espécies de aves migratórias monitoradas. No pilar de Arte e Cultura, por sua vez, 348 gestores foram capacitados em oito cursos e 27 organizações socioculturais foram beneficiadas, incluindo outras ações relevantes em prol de um dos setores mais impactados pela pandemia. Nas iniciativas de Ação Social, foram distribuídas mais de 33 mil refeições, que integraram as quase 68 mil toneladas de alimentos doados pelo Instituto para mitigar os efeitos econômicos da pandemia na população mais vulnerável, além do desenvolvimento de programas e projetos voltados à capacitação do terceiro setor e seus atores.

A atuação do Instituto Neoenergia

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Coelba apresenta os resultados do quarto trimestre (4T21) e de 12 meses (2021) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T21	2021	4T20	2020	
(+) Receita líquida	3.786	14.265	3.644	3.644	11.285 Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(255)	(748)	(204)	(204)	(280) Nota 3
(-) Outras receitas	(45)	(150)	(31)	(31)	(99) Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	-	2	2	3 Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	3.516	13.367	3.411	10.909	
(+) Custos com energia elétrica	(1.870)	(7.164)	(2.125)	(5.702)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(560)	(2.149)	(375)	(1.855)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(2.430)	(9.313)	(2.500)	(7.557)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	225	748	204	280	Nota 3
= MARGEM BRUTA	1.311	4.802	1.115	3.632	
(+) Custos de operação	(363)	(1.380)	(331)	(1.175)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(24)	(98)	(33)	(33)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(133)	(501)	(136)	(486)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	172	659	148	560	Nota 6
(+) Outras receitas	45	150	31	99	Nota 3
(-) Outras receitas - Outras receitas	-	-	(2)	(3)	Nota 3.4

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2021	2020
Receita operacional, líquida	3	14.265	11.285
Custos dos serviços		(10.693)	(8.732)
Custos com energia elétrica	4	(7.164)	(5.702)
Custos de construção	5	(2.149)	(1.855)
Custos de operação	6	(1.380)	(1.175)
Lucro bruto		3.572	2.553
Perdas de créditos esperadas	10.2	(155)	(144)
Despesas com vendas	6	(98)	(112)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(501)	(486)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.818	1.811
Resultado financeiro	7	(757)	(353)
Receitas financeiras		223	224
Despesas financeiras		(881)	(613)
Outros resultados financeiros, líquidos		(99)	36
Lucro antes dos tributos		2.061	1.458
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(392)	(239)
Corrente		(180)	(161)
Diferido		(212)	(78)
Lucro líquido do exercício		1.669	1.219
Lucro básico e diluído por ação – RS	19.2 (a)		
Ordinária		6,17	4,51
Preferencial A		6,17	4,51
Preferencial B		6,79	4,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.669	1.219
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	112	(123)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(38)	(42)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	74	(81)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(49)	56
Transferências de impactos realizados para o lucro líquido	(29)	1
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	26	(19)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(52)	38
Total outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	22	(43)
Resultado abrangente do exercício	1.691	1.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.988	356	(173)	190	1.037	821
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.219
Outros resultados abrangentes	-	-	(43)	-	-	-
Transações com acionistas						
Reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	61	172	700
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(263)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(23)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.988	356	(216)	251	1.209	1.521
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.669
Outros resultados abrangentes	-	-	22	-	-	-
Transações com acionistas						
Reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	75	192	(267)
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(280)
Dividendos intermediários (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	(821)	(523)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(599)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.988	356	(194)	326	1.401	700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Neoenergia Coelba - "Companhia"), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador – Bahia – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela NEOENERGIA S/A ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 10 com vencimento em 2027. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002. 1.1 **Coronavírus ("COVID-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. Desde então, a Companhia vem adotando todas as diretrizes de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes devem respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. b) **Impacto nas demonstrações financeiras:** Os impactos do COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração, considerando a perspectiva de retorno gradual das atividades econômicas. Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, bem como mantém uma comunicação com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira. O desempenho da Companhia foi afetado nas seguintes rubricas: i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado; e ii) Incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) decorrente do aumento do Contas a Receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março e 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição esteve vigente até 30 de setembro de 2021 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de home care. As receitas de distribuição de energia estão afetadas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição. O efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado da Companhia, quando comparado a expectativa anterior a pandemia, como segue:

	2021	2020
Retração da demanda de mercado	(214)	(113)
Perdas (Recuperação) de créditos esperadas	(47)	(27)
Lucro operacional	(261)	(140)
Tributos sobre o lucro	49	30
Efeito líquido	(212)	(110)

c) **Medidas socioeconômicas:** Diante do cenário, provocado pela pandemia, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, assim como foram adotadas pela Companhia diversas medidas para a proteção de seus colaboradores e, também de auxílio à sociedade, como, por exemplo: (i) Doação de refrigeradores científicos no montante de RS 4, para 402 municípios, capazes de fornecer temperaturas programáveis e constantes entre 2°C e 8°C, essenciais para a conservação das vacinas contra a COVID-19 que estão sendo utilizadas no Brasil. 1.2 **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins protecionais, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Riscos Operacionais em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1 **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Acordos e Estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes, considerando tanto a indexação

natural à índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A Administração entende que esta adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.1.1 **Gestão de risco de mercado: Risco da taxa de câmbio e preços de commodities:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2021, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 21.7. **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 21.7. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar à elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de hedge de índices de inflação são descritas na nota 21.7. 1.2.1.2 **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de créditos aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2 c). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2021, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado à cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. 1.2.1.3 **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. O resultado da Companhia está exposto a risco de crédito, principalmente no que diz respeito à inadimplência de clientes, de instituições financeiras, e não performance de fornecedores. Esses riscos poderão impactar o resultado da Companhia, principalmente através das provisões contábeis relacionadas aos faturamentos de energia. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco o gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de ratings. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional (1)	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
BNP Paribas			A+
Bradesco	AA3	A+	AA
Caixa Econômica Federal		AAA	AA
Citibank			AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú			AAA
Santander	AAA		
BNDES		AAA	
Votorantim		AAA	
Safra		AAA	

(1) Bank of América, Scotiabank, MUFG, Morgan Stanley and Sumitomo possuem ratings apenas em escala global.

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T21	2021	4T20	2020	
= Despesa Operacional (PMSO)	(303)	(1.170)	(323)	(1.117)	
(+) PECLD	(38)	(155)	(14)	(144)	Demonstrações de resultado
EBITDA	970	3.477	778	2.371	
(+) Depreciação e Amortização	(172)	(659)	(148)	(560)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(293)	(757)	(104)	(353)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(74)	(392)	(56)	(239)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	431	1.669	470	1.219	Demonstrações de resultado

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. ("Neoenergia Coelba" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Coelba e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Coelba. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Coelba sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com.br).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.669	1.219
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	674	574
Baixa de ativos não circulantes	42	30
Tributos sobre o lucro	392	239
Resultado financeiro, líquido	757	353
Valor de reposição estimado da concessão	(748)	(280)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(435)	(35)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(43)	114
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(37)	(9)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(886)	211
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(60)	(180)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(63)	(71)
Outros ativos e passivos, líquidos	75	(70)
Caixa líquido proveniente das operações	1.337	2.095
Encargos de dívidas pagas (nota 15.2 (c))	(390)	(298)
Instrumentos derivativos recebidos/(pagos), líquidos	(13)	42
Rendimento de aplicação financeira	29	27
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(2)
Tributos sobre o lucro pagos	(208)	(186)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	752	1.678
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(2.448)	(1.961)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(62)	(35)
Resgate de títulos e valores mobiliários	21	31
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(2.489)	(1.965)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	4.428	1.391
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(29)	-
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.146)	(2.352)
Depósitos em garantias	2	15
Obrigações especiais	280	260
Pagamento de principal - Arrendamentos	(12)	(8)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	101	715
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(1.711)	(1.112)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	1.913	(91)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	176	(378)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	474	852
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	650	474
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	26	24
Arrendamentos capitalizados	32	6
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	20	23
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimento)	-	115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia não faturada
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
13	Intangível (vinculado a concessão)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
21.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08, IFRS 7 / CPC 40, IFRS 4 / CPC 11, e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custos de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Fornecimento de energia (nota 3.1)	6.262	5.364
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	8.235	6.761
Construção de infraestrutura da concessão	2.149	1.855
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	222	705
Valor de reposição estimado da concessão (i)	748	280
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	1.510	305
Outras receitas (nota 3.4)	150	99
Receita operacional bruta	19.276	15.369
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.5)	(5.011)	(4.084)
Receita operacional, líquida	14.265	11.285

(1) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

Reajuste Tarifário Anual - IRT 2021: A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 22 de abril de 2021, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 22 de abril de 2021, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.857/2021. O efeito médio para os consumidores é de 8,98%, sendo que para os consumidores da alta tensão, 12,28%, enquanto para os da baixa tensão, 7,82%. O uso dos créditos tributários, referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, bem como a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até março/2021, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado a partir de abril/2021. A variação da Parcela A foi de 18,52% totalizando R\$ 956, impactada principalmente pelo aumento de 53,02% nos custos de transmissão e 7,34% nos custos com compra de energia, sendo a participação no IRT de 11,09%. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 202,91/MWh, já a variação da Parcela B foi de 29,90%, totalizando R\$ 1.035, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 31,10%, deduzida do Fator X, de 1,20%, sendo a participação no IRT de 12,0%. A participação dos componentes financeiro e efeito da retirada dos financeiros anteriores foram de -9,78% e -4,33%, respectivamente, totalizando um efeito médio para o consumidor de 8,98%. **Bandeira Tarifária – Escassez Hídrica:** Em agosto de 2021, através da Resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), determinou, que a ANEEL implementasse parâmetro específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh. Até dezembro de 2021 a Companhia faturou R\$ 581 a título de Bandeira de Escassez Hídrica. Esse parâmetro foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, previstos no anexo da referida resolução. A cobrança valerá para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica, que continuará pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Bandeiras	2021		2020	
	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores	
Jan	Amarela	Amarela	Amarela	
Fev	Amarela	Amarela	Verde	
Mar	Amarela	Amarela	Verde	
Abr	Amarela	Amarela	Verde	
Mai	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I	Verde	
Jun	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Jul	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Ago	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Set	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde	
Out	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde	
Nov	Escassez Hídrica	Amarela	Verde	
Dez	Escassez Hídrica	Verde	Vermelha Patamar II	

No ano de 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

Patamares	Até junho/2021	De julho a agosto/2021	A partir de setembro/2021
	REH nº 2.628/2019 RS/MWh	REH nº 2.888/2021 RS/MWh	Resolução nº 3 MME RS/MWh
Verde	-	-	Não altera
Amarela	13,43	18,74	Não altera
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	Não altera
Vermelha Patamar II	62,43	94,92	Não altera
Escassez Hídrica	-	-	142

Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica: Em 31 de agosto de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), emitiu a Resolução nº 2, que institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional. O objetivo é atender ao Sistema Interligado Nacional - SIN, em meio à crise hídrica que afeta os reservatórios das usinas hidrelétricas. O programa, de caráter "excepcional e temporário", terá duração até 30 de abril de 2022 e prevê o pagamento de bônus de R\$ 50 (cinquenta reais) para cada 100 kWh economizados, para os consumidores que apresentem redução do consumo entre 10% a 20%, no período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2021, comparado com o mesmo período de 2020. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro de 2022, e em contrapartida a Companhia reconhecerá uma receita de subvenção governamental, em montante equivalente. Até 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus a conceder aos consumidores é de R\$ 105 (noit 17), sendo neutralizado no resultado com o valor a receber em subvenções.

3.1 Fornecimento de energia elétrica:

	2021		2020	
	GWh	RS	GWh	RS
Residencial	7.614	7.446	6.518	5.475
Comercial	2.878	2.768	2.755	2.280
Industrial	985	1.096	835	733
Rural	2.328	1.913	1.085	785
Poder público	657	608	546	432
Iluminação pública	1.138	1.135	494	384
Serviços públicos	732	684	360	266
Consumo próprio	21	16	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(27)	166
Transfêrencia - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(7.602)	(6.288)
Subvenções e Subsídios governamentais (1)	-	-	1.298	1.131
Total	16.353	15.666	6.262	5.364

(1) A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2021, foi registrada receita de R\$ 1.298 (R\$ 1.131 em 2020), sendo: (i) R\$ 432 (R\$ 524 em 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 709 (R\$ 580 em 2020) referentes à subvenção CDE, (iii) R\$ 105 (R\$ 0 em 2020) referente à subvenção bônus crise hídrica e (iv) R\$ 53 (R\$ 27 em 2020) de subvenção CCRBT.

3.2 Disponibilidade da rede elétrica: A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2021	2020
	Consumidor livre	633
Consumidor cativo (1)	7.602	6.288
Total	8.235	6.761

(1) Receitas referentes a disponibilidade de infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.857/2021 (nota 3).

3.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2021	2020
	CVA e neutralidade	
Energia (i)	292	(163)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	628	105
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	20	(45)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (iii)	91	189
Neutralidade de encargos setoriais	(27)	-
PROINFA	(6)	-
Total	1.004	138

Componentes financeiros e subsídios

Repasse de sobrecontratação (iv)	18	259
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	91	(69)
Passivo conta COVID (v)	(134)	(40)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (vi)	543	-
Crédito consumidor reversão para modicidade	12	-
Outros	(24)	17
Total	506	162
Total	1.510	305

(i) Energia: CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, devido à elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2021, ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias e de escassez hídrica, conforme determinado pela ANEEL, resultando uma CVA mais ativa neste ano; (ii) Encargos do Serviço do Sistema - ESS: CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS, CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021, ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias e de escassez hídrica, conforme determinado pela ANEEL, resultando uma CVA mais ativa neste ano; (iii) Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão TUST - Rede Básica: CVA ativa, em função da REH nº 2.726/2020, com vigência pela 1ª de julho de 2020 até 30 de junho de 2021, realizar acima da cobertura tarifária ANEEL, e reduzida pela REH nº 2.896/2021, com vigência a partir de 1ª de julho de 2021, que estabeleceram os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão; (iv) Repasse de sobrecontratação: A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da diminuição da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. O resultado das sobras de 4,01% acima do requisito registrado no exercício, ficou enquadrado no limite regulatório estabelecido pela ANEEL, sem efeitos financeiros da sobrecontratação acima dos 5%; (v) Passivo conta COVID: Constituição passiva do componente financeiro, correspondente à amortização do saldo do ativo financeiro setorial previsto no inciso V do caput do art. 3º, em função do mercado futuro, conforme estabelecido na REN ANEEL nº 885/2020; e (vi) Crédito PIS/COFINS sobre ICMS: Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente

financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2021, R\$ -771 a título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2021, o valor ativo de R\$ 543 em contrapartida da redução da receita.

3.4 Outras receitas:

	2021	2020
Renda da prestação de serviços	52	2
Arrendamentos e alugueis	85	70
Serviço taxado	8	2
Administração de faturas de fraudes	4	3
Comissão de serviços de terceiros	21	21
Outras receitas	-	1
Total	150	99

3.5 Deduções de receita bruta:

	2021	2020
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(2.980)	(2.443)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.298)	(1.139)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(12)	(11)
Total	(4.290)	(3.593)

Encargos setoriais

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(531)	(349)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(54)	(46)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(65)	(37)
Outros encargos (1)	(71)	(59)
Total	(721)	(491)
Total	(5.011)	(4.084)

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

3.6 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica. As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. **b) Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice atualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem despesa obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelos ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		RS	
	2021	2020	2021	2020
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	12.964	13.279	(3.242)	(2.430)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(961)	(935)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2) (iii)	19	93	(107)	(679)
Contratos por cotas de garantia física	5.295	5.158	(565)	(564)
Energia adquirida contrato bilateral	2.181	2.178	(677)	(548)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	652	642	(150)	(178)
Outros	399	402	(94)	(92)
Subtotal	21.510	21.752	(5.796)	(5.086)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	486	373
Total	21.510	21.752	(5.310)	(4.713)

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

Encargos de rede básica	(994)	(877)
Encargos de conexão	(83)	(56)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (iv)	(993)	(1.333)
Encargo de Energia de Reserva - EER (v)	-	63
Outros encargos	(13)	(8)
Subtotal	(2.020)	(1.079)
Créditos de PIS e COFINS	166	90
Total	(1.854)	(989)
Total dos custos com energia elétrica	(7.164)	(5.702)

(i) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. (2) MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. (iii) O acréscimo do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do aumento dos custos de cotas consumidoras, do reajuste das tarifas dos geradores, do início de novos contratos e principalmente da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude do maior acionamento da geração de usinas térmicas em decorrência da crise hídrica; (iii) Menor disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos aumentou o custo com o Risco Hidrológico e o consequente despacho das térmicas aumentou o custo com o Condomínio Virtual; (iii) Redução decorrente da equalização do PLD em 2021 gerando menor excedente financeiro, o que não ocorreu em 2020, onde houve um aumento de excedente financeiro devido a diferença de PLD entre subperíodos e, também, pelo menor volume de compra de energia no MCP. (iv) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto à ONS; e (v) Em 2021 foi impactado pelo repasse do Excedente de Energia de Reserva, com o PLD em patamares elevados e das expectativas de geração das usinas contratadas no âmbito da Energia de Reserva, tais fatores influenciam diretamente na entrada de recurso na conta.

5. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

	2021	2020
- Pessoal	(163)	(101)
- Material	(1.074)	(968)
- Serviços de terceiros	(1.136)	(1.004)
- Juros sobre obras em andamento	(26)	(23)
- Outros	(33)	(22)
- Obrigações especiais	283	263
Total	(2.149)	(1.855)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021
Custos/Despesas	
Custos de operação	(336)
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	(209)
Total	(545)

Custos/Despesas

Pessoal (1) (nota 6.1)	(37)	(209)
Administradores	-	(5)
Serviços de terceiros	(370)	(58)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(598)	-
Provisão para processos judiciais	-	(66)
Impostos, taxas e contribuições	-	(7)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(76)	(3)

Tributário Nacional, a Companhia inicialmente constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar já atualizado no total de R\$ 2.873, tomando por critério de cálculo o entendimento da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta Interna COSIT nº 013/2018, considerando o valor de ICMS devido e não o destacado. Constituiu-se ainda, na ocasião, um passivo no montante de R\$ 2.873, desse total R\$ 1 de honorários de êxito devidos aos advogados. A constituição de um passivo pelo mesmo valor é decorrente da adoção de cautela necessária e devida prudência, frente ao possível entendimento da ANEEL de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, segundo a interpretação da Agência nos termos das normas regulamentares do setor elétrico e do contrato de concessão. O tema, contudo, segue sob consulta pública da Agência, ainda não concluída até a presente data. Os valores contabilizados no ativo e no passivo passaram a ser atualizados pela taxa SELIC. Após o julgamento dos embargos de declaração no STF, e diante da necessidade de recálculo dos valores à luz do entendimento firmado em torno do expurgo do ICMS pelo valor destacado e não mais o valor devido adotado inicialmente, a Companhia constituiu um ativo suplementar de R\$ 152, sendo: R\$ 97 principal e R\$ 55 atualização. A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com a regulamentação expedida pela Receita Federal do Brasil. A Companhia iniciou o repasse aos consumidores a partir de abril de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.857/21. Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.620	
Constituição	201	
Atualização monetária	54	
Pagamento (1)	(2)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.873	
Constituição	97	
Atualização monetária (2)	139	
Transferência para Parcela A (nota 11)	(623)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.486	
Circulante	761	
Não circulante	1.725	

(1) Pagamento de honorários de êxito. (2) Impacto oriundo da mudança de critério entre ICMS faturado e recolhido, no montante de R\$ 55 e atualização com base nas novas práticas até 2020, no montante de R\$ 84.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	90	83
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	129	221
Fundos de Investimento	431	170
Total	650	474

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de 99% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2021		2020	
	Rece-bível	Perda de créditos esperadas	Rece-bível	Perda de créditos esperadas
Fornecimento de energia (nota 10.1)	2.849	(554)	2.295	(463)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	17	(1)	17	(1)
Disponibilidade da rede elétrica	66	(1)	65	(1)
Subvenções e subsídios governamentais	350	-	350	-
Outros recebíveis	150	(46)	104	(29)
Total	3.432	(601)	2.831	(493)
Ativo circulante			2.724	
Ativo não circulante			107	

10.1 Fornecimento de energia: A composição das contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2021		2020	
	Rece-bível	Perdas de créditos esperadas	Rece-bível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	1.153	(321)	901	(270)
Comercial	495	(111)	362	(84)
Industrial	172	(36)	132	(31)
Rural	216	(73)	166	(62)
Poder público	100	(5)	81	(5)
Iluminação pública	109	(4)	98	(8)
Serviço público	103	(1)	73	(1)
Não faturado	501	(3)	469	(2)
Total	2.849	(554)	2.282	(463)

O aging das contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2021		2020	
	Rece-bível	Perdas de créditos esperadas	Rece-bível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	1.310	(15)	1.081	(13)
Saldos vencidos:	1.539	(539)	1.201	(450)
90 dias	649	(29)	443	(24)
Entre 91 e 180 dias	129	(31)	124	(26)
Entre 181 e 360 dias	170	(59)	175	(54)
Acima de 361 dias	591	(420)	459	(346)
Total	2.849	(554)	2.282	(463)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(493)	(397)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(111)	(145)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	48	49
Saldo final do exercício	(601)	(493)

10.3 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de prováveis baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Para as grandes consumidoras há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2021		2020	
	Obriga-ções Direito	Efeito líquido	Obriga-ções Direito	Efeito líquido
CVA e neutralidade				
Energia	333	-	333	230
Encargo de Serviço do Sistema – ESS (nota 3.3)	645	-	645	(55)
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.3)	232	-	232	149
Outros	10	(42)	(32)	8
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação (1)	97	(4)	93	117
Risco hidrológico	-	(237)	(237)	(217)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(141)	(141)	(229)
Passivo conta COVID	-	(16)	(16)	(40)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	549	(634)	(85)	-
Outros	3	(9)	(6)	20
Total	1.869	(1.083)	786	524
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	667	(165)	502	24
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	1.202	(918)	284	500
Total	1.869	(1.083)	786	524
Ativo circulante			626	
Ativo não circulante			160	
Passivo não circulante			-	(179)

(1) Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de opções a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interpor recurso administrativo quanto a esses valores, contestando os critérios adotados no seu cálculo. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020. (2) O repasse nas tarifas dos Créditos do PIS/COFINS sobre ICMS ainda será matéria de regulamentação pela ANEEL no âmbito da Consulta Pública nº 05/2021, contudo a ANEEL autorizou o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Nesse sentido, foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2021, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril/21 a mar/22, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal. A Companhia já compensou R\$ 623, equivalente ao montante transferido para diferimento em tarifa (nota 8.4). A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	758	(661)
Constituição	2.069	(1.620)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(1.899)	1.755
Atualização monetária	19	(17)
Antecipação conta COVID (1)	(490)	(10)
Transferências	67	(83)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	524	(636)
Constituição (2)	1.775	(472)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(288)	495
Atualização monetária	46	(34)
Transferências	(188)	(436)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.869	(1.083)

(1) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 500 captados pela CCEE e repassados pela conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modalidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. (2) Em 2021, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ 1.303, com destaque para a CVA de Energia, decorrente do aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, decorrente da elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas e do aumento dos valores oriundos desses créditos com a contabilização da CCEE no curto prazo, além da CVA de ESS, em função do aumento do Encargo de Segurança Energética (ESS) e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021. A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da Conta-Covid, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação

financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE - CONTA COVID. Até o final do exercício de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 149 para amortização da operação financeira da CDE - Conta COVID, em cumprimento do Despacho nº 939/21. 11.1 **Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. As atualizações monetárias dos ativos e passivos financeiros setoriais são efetuadas pela taxa SELIC, conforme PRORRET. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. 12.1 **Ativo Financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.600). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	7.425	6.087
Baixas	(10)	(8)
Transferência ativo contratual (1)	1.256	1.054
Transferência ativo intangível	22	12
Ajustes a valor justo (2)	748	280
Saldo final do exercício	9.441	7.425
Ativo não circulante	9.441	7.425

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção. (2) Variação do valor justo em decorrência do crescimento do IPCA no exercício.

12.2 Ativo Contratual: Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante. Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	2.124	1.980
Adições (1)	2.194	1.840
Baixas	(35)	(9)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(571)	(648)
Transferências - ativos financeiros (1)	(1.256)	(1.054)
Transferências - outros	(41)	15
Saldo final do exercício	2.415	2.124
Custo	2.594	2.375
Obrigações especiais	(179)	(251)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível. 12.3 **Política contábil:** Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: "De acordo com os contratos de concessão: (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. • Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. (iii) Parcela estimada dos investimentos realizados (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	2021	2020
Concessão	3.90%	
Contratados para proteção de dívidas	3.346	(7)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa	(22)	389
Contratados para proteção de dívidas	(638)	1
Contratados para proteção de outras operações	(22)	1
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo	571	286
Contratados para proteção de dívidas	(3.235)	336
	11.479	669
Amortização acumulada	(6.982)	57
Obrigações especiais	(1.262)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.296	(13)
Baixas	(567)	(12)
Transferências - ativo financeiro (1)	(12)	648
Transferências - ativo contratual (2)	(6)	-
Transferências - outros	(3.346)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.246	3.346
Custo	11.246	11.246
Amortização acumulada	(6.539)	(1.361)
Obrigações especiais	(1.361)	-

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração. (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão. 13.1 **Política contábil:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2021	2020
Energia elétrica	447	634
Encargos de uso da rede	447	205
Materiais e serviços	378	441
Energia livre	57	53
Total	1.329	1.333
Circulante	1.272	1.280
Não circulante	57	53

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos bancários	3.041	2.618
Agências de fomento	3.851	2.291
Mercado de capitais (debêntures)	4.516	2.908
Empréstimos e financiamentos (1)	11.408	7.817
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(669)	(828)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(650)	(474)
(-) Títulos e valores mobiliários	(98)	(56)
Dívida líquida	9.991	6.459

(1) O balanço patrimonial da Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas dívidas em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas. 15.2 **Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. a) **Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	2021	2020
Denominados em R\$	7.695	5.212
Indexados a taxas flutuantes	7.307	4.803
Indexados a taxas fixas	388	409
Denominados em US\$	2.634	2.226
Indexados a taxas flutuantes	974	

fiscais; Referem-se às ações tributárias e impugnadas de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPME, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujos (destaques) passamos a tratar a seguir: • **Notificação Fiscal de Lançamento** lavrada pelo Município de Salvador, com a finalidade de promover cobrança de COSIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública) relativamente ao período de 01/2018 a 12/2019, em decorrência de supostas diferenças de cobranças a menor da contribuição, no montante estimado de R\$ 68 (RS 66 em 31 de dezembro de 2020). (iv) **Processos regulatórios**: Referem-se às ações de natureza civil com objeto regulatório, cujos destaques passamos a tratar a seguir: • **Mandado de segurança** visando reconhecer a ilegalidade do ato que anulou o Despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26 de agosto de 2010 que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica, no montante estimado de R\$ 95 (RS 81 em 31 de dezembro de 2020); e • **Ação Ordinária** para anular a Resolução Normativa da ANEEL nº 387, de 15/12/2009 e o Despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010, que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica. Valores estimados em R\$ 69 (RS 58 em 31 de dezembro de 2020). As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) e (iv) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após ajustamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58, com impacto de R\$ 8 em dezembro de 2021; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais. **c) Depósitos Judiciais**: Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2021	2020
Processos cíveis	195	164
Processos trabalhistas	238	248
Processos fiscais	127	113
Outros processos	13	11
Total	573	536

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) **Política contábil**: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos**: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2021	2020
Caução em garantia (1)	389	338
Devoluções a consumidores (ii)	220	97
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	4	20
Repasse a terceiros	45	10
Adiantamento de serviços técnicos ODS	10	26
Fee aval	-	15
Outros	40	46
Total	708	552
Circulante	567	504
Não circulante	141	48

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. (i) Devolução no montante de R\$ 105 (nota 3).

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado. Os benefícios de longo prazo compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida"); e (iii) plano de saúde-emprego. Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2021	2020
Salários, férias e 13º salário e encargos a pagar	186	147
Benefícios de curto prazo	55	49
Benefícios de longo prazo - pós-emprego	622	752
Total	863	948
Ativo não circulante - outros (1)	(3)	(20)
Passivo circulante	241	196
Passivo não circulante	625	772

(1) A apresentação do saldo de Superávit do benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes. **18.1 Benefícios de longo prazo - Pós-emprego**: A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões. A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguradora social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2021			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Néos - Plano PE	1	888	Fechado	Superavitário
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano BA	3.810	1.734	Fechado	N/A
Néos - Plano RN	19	2	Fechado	N/A
Néos - Plano PE	34	3	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	1.500	-	Aberto	Superavitário
	5.363	1.739		
Total	5.364	2.627		

Para o Plano de Saúde Pós-Emprego, a Companhia mantém um seguro coletivo empresarial para cobertura de despesas de assistência médico-hospitalar e de assistência odontológica para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2021, o plano possui 6.824 beneficiários (beneficiários ativos - 922 e beneficiários assistidos - 5.902). **a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:**

	Benefício definido		Saúde	
	Obri- gações atua- riais	Valor justo do ativo do plano	Ativo (pas- sivo)	Ativo (pas- sivo)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(385)	609	(203)	21
Custo do serviço	-	-	-	(1)
Efeitos dos juros	(28)	45	(15)	2
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	43
Benefícios pagos pelo plano	33	(33)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	2	-	15	17
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(21)	-	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(378)	600	(203)	19
Custo do serviço	-	-	-	17
Efeitos dos juros	(25)	41	(14)	2
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	57
Benefícios pagos pelo plano	40	(40)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto (1)	(9)	-	71	62
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(80)	-	(80)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(372)	521	(146)	3
Planos superavitários	(372)	521	(146)	3
Planos deficitários	-	-	-	(680)

(1) Em 2021, a Companhia apurou uma perda atuarial pelo efeito das mudanças das premissas demográficas no valor de R\$ 27, ocasionada substancialmente pela alteração da hipótese de mortalidade geral e um ganho atuarial pelo efeito das mudanças das premissas financeiras no valor de R\$ 45, ocasionada substancialmente pela alteração da taxa de juros.

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Benefício definido	Saúde	Contribuição definida	2021
Custo do serviço	-	(1)	(36)	(37)
Efeitos de reduções/liquidações (1)	-	18	-	18
Despesa com juros de passivos	(25)	(59)	-	(84)
Receita com juros de ativos	27	-	-	27
Total	2	(42)	(39)	(76)
Alocação dos custos do serviço:				
Resultado do exercício	-	17	(36)	(19)
				2020
Custo do serviço	-	(1)	(14)	(15)
Despesa com juros de passivos	(28)	(52)	-	(80)
Receita com juros de ativos	30	-	-	30
Total	2	(53)	(14)	(65)
Alocação dos custos do serviço:				
Resultado do exercício	-	(1)	(14)	(15)

(1) Em 2021, para o Plano de Saúde Coelba, a Companhia apurou um custo de serviço passado no valor de R\$ 18, ocasionado pela oferta de isenção de pagamento do custo do plano, por parte do empregado, durante o período de um ano, com a condição desse optar pela migração do plano Apartamento para o plano Enfermaria. **c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:**

	Benefício definido	Saúde	Contribuição definida	Total
Saldo no início	11	(266)	(39)	(255)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(9)	124	115	140
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(80)	-	(80)	(160)
Mudança de teto de ativo	71	-	71	142
Outros efeitos	6	-	-	6
Efeito bruto	(12)	124	112	224
Tributos sobre o lucro	4	(42)	(38)	(76)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	3	(184)	(181)	(362)
Saldo no final	8	(490)	(150)	(612)

	Benefício definido	Saúde	Contribuição definida	Total
Saldo no início	14	(188)	(174)	(348)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(2)	(119)	(117)	(238)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(21)	-	(21)	(42)
Mudança de teto de ativo	15	-	15	30
Efeito bruto	(8)	(317)	(307)	(632)
Tributos sobre o lucro	1	(41)	(42)	(84)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(7)	(358)	(349)	(714)
Saldo no final	7	(545)	(523)	(1061)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Valor presente das obrigações atuariais	(372)	(680)	(378)	(820)
Valor justo dos ativos	(146)	-	600	-
Efeito do limite do ativo (teto)	521	-	(203)	-
Total passivo (ativo) líquido	3	(680)	19	(820)
Ativo não circulante	-	-	19	-
Passivo circulante	-	(55)	-	(4)
Passivo não circulante	-	(625)	-	(816)

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego: (i) Ativos dos planos por categoria: Os ativos do plano abaixo se referem somente ao plano de benefício definido, pois o plano de saúde pós-emprego não possui ativos de cobertura.

	2021		2020	
	Preços cotados em mercado em merc- ativo	Preços não cotados em merc- do ativo	Preços cotados em mercado em merc- ativo	Preços não cotados em merc- do ativo
Investimento direto:				
Fundo de investimento imobiliário	-	12	-	13
Outros	-	(24)	-	(25)
Investimento através de fundos:				
Fundo de investimento - ações/quotas	-	-	-	1
Fundo de investimento - renda fixa	532	-	532	611
Total	532	(12)	520	611

(ii) Expectativa de pagamentos futuros: As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Benefício definido	Saúde pós-emprego
2022	-	53
2023	-	55
2024	-	53
2025	-	53
2026	-	52
Entre 2027 e 2031	-	140
Total	-	265

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. Com relação ao plano de saúde pós-emprego o desembolso é feito diretamente pela Companhia nos níveis demonstrados acima. **(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas:** Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2021		2020	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	388	713	395	867
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,40%	0,00%	4,62%	5,60%
Impacto no duration da obrigação atuarial	9,21	10,46	9,54	14,73
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	356	650	361	779
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	0,00%	(4,37)%	(4,27)%	(5,08)%
Impacto no duration da obrigação atuarial	8,67	9,77	8,98	13,63

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2021		2020	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa média nominal de desconto	8,17%	8,54%	6,98%	7,23%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,00%	N/A	3,25%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,00%	3,00%	3,25%	3,25%
Duration (em anos)	8,94	10,11	9,25	14,16
SUSEP BR - EMSsb v2015 (masc) suavizada em	15%	AT-2000 Basic	em 15%	AT-2000 Basic
Tábuas de mortalidade	N/A	Light Média	N/A	Light Média
Tábuas de entrada em invalidez	BR EMS sb v2010 (masc)	N/A	BR EMS sb v2010 (masc)	N/A

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos: Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. **Mudanças na taxa de juros** - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa. **Investimentos e volatilidade** - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ("ALM"). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ("PREVIC"). **Hipóteses atuariais e econômicas** - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano. **f) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil**: Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de plano de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem. O plano de saúde pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem. **(ii) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PNA" e "PMB"), todas sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado por decisão do Conselho de Administração até o limite autorizado e, acima desse limite, por deliberação da Assembleia Geral, sob a condição de que a proporção entre as espécies ou classes de ações existentes, o capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 3.050 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988 (R\$ 2.988 em 31 de dezembro de 2020). A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte (por unidade de ações):

	2021		2020	
	Ordinárias	RS	Ordinárias	RS
Neoenergia S.A.	149.544.434	1.705	26.895.780	306
Outros	2.453.175	28	324.289	4
Total	151.997.609	1.733	27.220.069	310

	2021		2020	
	Ordinárias	RS	Ordinárias	RS
Neoenergia S.A.	144.923.027	1.652	25.510.670	291
Outros	7.074.582	81	1.709.399	19
Total	151.997.609	1.733	27.220.069	310

Acionistas/Qtde. Ações vs RS

	Ordinárias	RS	Pref. A	RS	Pref. B	RS	Acções	RS
Neoenergia S.A.	144.923.027	1.652	25.510.670</					

passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (Análise de sensibilidade). 21.3 **Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA")**: O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2021			2020		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	431	-	431	170	-	170
Títulos e valores mobiliários	94	-	94	53	-	53
Instrumentos financeiros derivativos	787	-	787	839	-	839
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	9.441	9.441	-	7.425	7.425
Líquido	1.312	9.441	10.753	1.062	7.425	8.487

	2021			2020		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	640	-	640	848	-	848
Instrumentos financeiros derivativos	118	-	118	11	-	11
Líquido	758	-	758	859	-	859

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2021 e 2020, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 748 e R\$ 280, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgadas na nota 12.1. 21.4 **Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")**: Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021			2020		
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	10.768	-	10.768	6.969	-	7.020

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. 21.5 **Política contábil**: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros**: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado de valor justo; no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: a) **Custo Amortizado ("CA")**: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; b) **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")**: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e c) **Valor Justo por meio do Resultado ("VJR")**: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de prazos e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro**: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. 21.6 **Métodos e técnicas de avaliação**: (i) **Concessões do serviço público**: Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos**: Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos**: A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas como um padrão de mercado, que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. 21.7 **Informações complementares sobre os instrumentos derivativos**: Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em *Forward* e *Swaps*, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar**: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

	2021			2020		
	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo
Swap US\$ pós vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 113	US\$ 138	2029	639	722	
Passivo	R\$ 364	R\$ 442		(353)	(434)	
Líquido				286	288	(2)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	2021			2020		
	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo
Swap US\$ pós vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 60	US\$ 67	2030	340	350	
Passivo	R\$ 197	R\$ 216		(199)	(218)	
Líquido				141	132	9

	2021			2020		
	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 298	US\$ 223	2024 - 2026	1.693	1.232	
Passivo	R\$ 1.371	R\$ 913		(1.424)	(935)	
Líquido				269	297	(28)

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor). O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	2021			2020		
	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo
Swap IPCA vs CDI						
Ativo	R\$ -	R\$ 118	0	-	126	
Passivo	R\$ -	R\$ 100		-	(100)	
Líquido				26	(26)	(26)

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via *NDF (Non-Deliverable Forwards)* para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	2021			2020		
	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo
Desembolso USD						
Termo	US\$ 7	US\$ 7	2022 - 2023	-	-	-
Líquido				2	1	1

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao €, a Companhia pode contratar operações via *NDF (Non-Deliverable Forwards)* para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	2021			2020		
	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo
Desembolso EUR						
Termo	€ 3	€ 1	2022 - 2023	-	-	-
Líquido				-	-	-

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Real: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ prefixados. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em uma taxa prefixada pelo banco credor. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	2021			2020		
	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo
Swap R\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	R\$ 336	R\$ 336	2022	329	352	
Passivo	R\$ 335	R\$ 328		(336)	(329)	
Líquido				(7)	23	(30)

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em lene: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas. O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados ao fluxo de caixa:

	2021			2020		
	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo
Swap JPY pré vs R\$ pós						
Ativo	JPY 18.910	JPY 3.887	2022 - 2031	934	196	
Passivo	R\$ 998	R\$ 204		(1.025)	(206)	
Líquido				(91)	(110)	(81)

21.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estimo o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - **Cenário Provável**: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - **Cenário II**: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)		Impacto Cenário (III)	Impacto Cenário (III)
				2021	2020		
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5.5805	(2.635)	(659)	(1.317)	
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar			2.672	668	1.336	
Exposição Líquida				37	9	19	
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	6.3210	(215)	(54)	(107)	
Swap Ponta Ativa em Euro	Queda do Euro			223	56	111	
Exposição Líquida				8	2	4	
Dívida em lene	lene (JPY)	Alta do lene	0,0485	(916)	(229)	(458)	
Swap Ponta Ativa em lene	Queda do lene			934	234	467	
Exposição Líquida				18	5	9	

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dividida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)		Impacto Cenário (III)	Impacto Cenário (III)
				2021	2020		
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5.5805	(46)	10	20	
NDF	Queda do Dólar			46	(10)	(20)	
Exposição Líquida				-	-	-	
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	6.3210	(18)	4	8	
NDF	Queda do Euro			18	(4)	(8)	
Exposição Líquida				-	-	-	

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)		Impacto Cenário (III)	Impacto Cenário (III)
				2021	2020		
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5.5805	(2.635)	(659)	(1.317)	
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar			2.672	668	1.336	
Exposição Líquida				37	9	19	
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	6.3210	(215)	(54)	(107)	
Swap Ponta Ativa em Euro	Queda do Euro			223	56	111	
Exposição Líquida				8	2	4	
Dívida em lene	lene (JPY)	Alta do lene	0,0485	(916)	(229)	(458)	
Swap Ponta Ativa em lene	Queda do lene			934	234	467	
Exposição Líquida				18	5	9	

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dividida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)		Impacto Cenário (III)	Impacto Cenário (III)
				2021	2020		
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5.5805	(46)	10	20	
NDF	Queda do Dólar			46	(10)	(20)	
Exposição Líquida				-	-	-	
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	6.3210	(18)	4	8	
NDF	Queda do Euro			18	(4)	(8)	
Exposição Líquida				-	-	-	

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)		Impacto Cenário (III)	Impacto Cenário (III)
				2021	2020		
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5.5805	(2.635)	(659)	(1.317)	
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar			2.672	668	1.336	
Exposição Líquida				37	9	19	
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	6.3210	(215)	(54)	(107)	
Swap Ponta Ativa em Euro	Queda do Euro			223	56	111	
Exposição Líquida				8	2	4	
Dívida em lene	lene (JPY)	Alta do lene	0,0485	(916)	(229)	(458)	
Swap Ponta Ativa em lene	Queda do lene			934	234	467	
Exposição Líquida				18	5	9	

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dividida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)		Impacto Cenário (III)	Impacto Cenário (III)
				2021	2020		
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5.5805	(46)	10	20	
NDF	Queda do Dólar			46	(10)	(20)	
Exposição Líquida				-	-	-	
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	6.3210	(18)	4	8	
NDF	Queda do Euro			18	(4)	(8)	
Exposição Líquida				-	-	-	

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	
----------	-------	-------	---------	----------------------------	--